



Eixo 2 - O Advocacy de todo dia

## Comunidade de Práticas em Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Vitória (ES)

*Community of Practice for School Libraries in the Vitória Municipal School System (ES)*

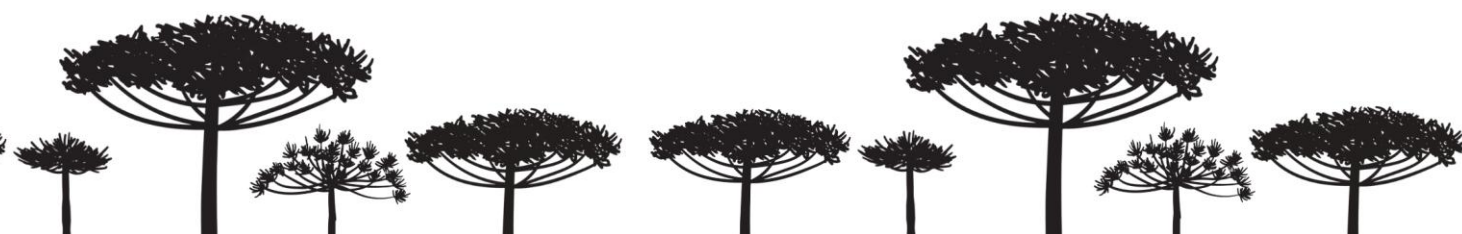
**Mariluce de Souza Corrêa** – Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) –  
souzacorreamariluce@gmail.com

**Elane Couto Uliana** – Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) –  
euliana@edu.vitoria.es.gov.br

**Resumo:** Registra, por meio de relato de experiência, a aplicação do protocolo teórico-metodológico da Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPBP), desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão, do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO na Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória (ES) entre os anos de 2021 a 2025. Demonstra sua aplicabilidade voltada para ações integradas e contribuição para institucionalização da rede com a criação de lei municipal, que alterou ações das bibliotecas escolares gerando iniciativa de políticas públicas de Estado. Conclui que a aplicação do Protocolo COPBP contribui para resolução de problemas, engajamento comunitário e *advocacy* em bibliotecas.

**Palavras-chave:** Comunidade de Práticas em Bibliotecas. Protocolo COPBP. Bibliotecas Escolares. Rede de Bibliotecas Escolares - Município Vitória (ES). *Advocacy* em bibliotecas.

**Abstract:** This study documents, through an experiential account, the implementation of the theoretical-methodological protocol of the Community of Practice in Public Libraries (COPBP), developed under the Extension Program of the Department of Library Science at UNIRIO, within the School Library Network of Vitória (ES) from 2021 to 2025. It demonstrates its applicability to integrated actions and its contribution to the institutionalization of the network through the creation of a municipal law, which altered school library activities and led to state public policy initiatives. It concludes that the application of the COPBP Protocol contributes to problem-solving, community engagement, and advocacy in libraries.



**Keywords:** Community of Practice in Libraries. COPBP Protocol. School Libraries. School Library Network - Municipality of Vitória (ES). Advocacy in libraries.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa da Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPBP) foi desenvolvido com base nas experiências adquiridas em projetos extensionistas e vem consolidando sua atuação e ampliando seu impacto desde 2018. Inserido no eixo de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), relacionado à linha de extensão cultura, educação, temas específicos e desenvolvimento humano. Segundo Achilles (2022) apresenta-se como um conjunto articulado de projetos e ações de extensão, com caráter multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa, ensino e inovação social. Ancorando-se em Wenger, faz uso da metodologia de aprendizagem social que é característico das comunidades de práticas.

O referido Programa tem como objetivo identificar as fortalezas e fraquezas das bibliotecas públicas, de diferentes tipologias, oferecendo resoluções aos problemas constatados. Além disso, o Programa visa atender às instituições, integrando território e pessoas, valorizando as práticas sociais, informacionais e culturais. Toda ideação leva em consideração o impacto na formação discente, docente, profissional e comunitária, visando ao impacto social efetivo com vistas às ações desenvolvidas.

O Programa alinha-se ao Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memória e Resistência, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), canalizando as ações para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo os campos da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Memória Social. No âmbito do ensino, destaca-se a relação com o curso de graduação em Biblioteconomia e os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Memória Social.

O desenvolvimento do Programa surgiu do seguimento ao fortalecimento do sistema de aprendizagem social, por via da comunidade de práticas em bibliotecas, com a intenção de afirmar, neste caso, bibliotecas escolares públicas como espaços de memória e experiências, conforme afirma Achilles (2018). Ressaltando a dinâmica marcada pela dúplici “teoria e prática” e, ainda, alargando os diálogos e construções entre comunidade, instituições e universidade, tem um potencial de replicabilidade por meio do Protocolo teórico-metodológico COPBP.



Com base na perspectiva de troca de experiências, com a finalidade de fornecer aporte teórico para as bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória (ES), a partir de 2021, foi estabelecido um acordo de aplicabilidade para essa instituição, considerando a seguinte problemática: como as bibliotecas públicas escolares do município de Vitória podem superar a falta de aderência e ressonância social, produzindo ações integradas para a constituição de uma rede de bibliotecas institucionalizada? Tal questionamento, direcionado a um grupo de bibliotecárias do município, foi necessário para que surgisse a demanda por uma metodologia voltada ao apoio às atividades de formação e desenvolvimento de coleções e, conseqüentemente, à elaboração de documentos normativos destinados às bibliotecas escolares da rede, resultando na sua própria institucionalização formalizada.

Nesse sentido, este trabalho se configura como relato de experiência sobre a aplicabilidade do Protocolo COPBP na Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória, visando o desenvolvimento de ações integradas que contribuíram para a institucionalização da mesma, pautando-se também nas ações de *advocacy* em bibliotecas. A partir de um enfoque social, descritivo, com delineamento qualitativo e quantitativo, o texto do projeto declarado foi desenvolvido e deu origem a este trabalho.

## 2 MENTORIA E APLICABILIDADE DO COPBP

Os eixos metodológicos da aplicação do Protocolo COPBP entrelaçam o aporte teórico, o prático e o contexto situacional no qual a biblioteca está localizada (Achilles, 2025). Uma das primeiras constatações foi a existência de um hiato histórico marcado por ausências (padronização formal dos fluxos e processos, registros sobre a história das bibliotecas, manuais técnicos, dentre outros elementos estruturais). Sob essa perspectiva, tornava-se necessário estabelecer documentos normativos para as bibliotecas escolares do Município de Vitória que fornecessem subsídios para o trabalho das pessoas bibliotecárias que já atuavam no município desde 1997 (Biancardi, 1999).

Com base nisso, a primeira ação foi buscar o apoio acadêmico e aproximá-lo do contexto profissional, compreendendo que também seriam necessárias ações de *advocacy*, conforme as marcações da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) que iniciou a divulgação dos conceitos relativos ao *advocacy*. A FEBAB em sua atuação tem levado à comunidade



bibliotecária informações e conhecimentos alinhados aos movimentos internacionais, sobretudo o trabalho realizado pela *American Library Association* (ALA).

*Advocacy* é o termo em inglês, não tem uma tradução literal para o português, em linhas gerais significa defender, promover e trabalhar por uma causa. O termo “*advocacy*” também pode ser entendido como ativismo e, neste sentido, todo o bibliotecário(a) deve ser um(a) ativista da causa ou no termo em inglês um *advocate*. O *advocacy* pressupõe um trabalho sistemático em prol de uma causa. O *advocacy* pelas bibliotecas brasileiras têm sido uma das vertentes principais de atuação da FEBAB, aliada ao compromisso de apoiar o desenvolvimento continuado dos profissionais que atuam em bibliotecas, centros de documentação e memória e espaços que promovam a leitura, à informação e à cultura (FEBAB, 2012).

Com base no conceito de *advocacy*, o grupo de bibliotecárias da Rede buscou preparar um Seminário on-line realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SEME) do Município de Vitória (ES) denominado *Biblioteca Escolar: pela valorização do livro e da leitura na educação básica*, que ocorreu em 28 de agosto de 2021. Na ocasião, a líder do Protocolo COPBP, Profa. Dra. Daniele Achilles, ministrou a palestra “*Formação e desenvolvimento de Coleções para bibliotecas escolares*” para as pessoas bibliotecárias da rede. Diante das inquietações bibliotecárias, o grupo gestor (composto por cinco bibliotecárias) buscou fortalecer as bibliotecas, refletindo, sobretudo, sobre a falta de engajamento bibliotecário. Além disso, as questões relacionadas à formação e desenvolvimento de coleções precisavam de atenção; foi assim que solicitaram a aplicação do Protocolo COPBP. Com isso, o acordo entrou em vigor no ano de 2022.

A partir de um primeiro contato, a criadora da COPBP conseguiu, por meio de reunião com o grupo gestor das bibliotecas escolares, identificar e sistematizar os elementos considerados essenciais a serem trabalhados. Em seguida, foi dado início às mentorias. Com base no enquadramento teórico-metodológico do Protocolo COPBP, as mentorias funcionaram como orientação para que o grupo gestor pudesse atuar junto às pessoas bibliotecárias. Esse modo de atuação teve como finalidade a redação do texto preliminar sobre a política de formação e desenvolvimento de coleções e, com isso, as diretrizes para as bibliotecas escolares. Notou-se que, a partir daí, a metodologia da COPBP era estratégica e poderia ser eficaz para responder às demandas dessa realidade institucional.

### 3 ENGAJAMENTO BIBLIOTECÁRIO



A partir de um sentimento comum traduzido pela necessidade de mudança das práticas bibliotecárias e de fomento ao ativismo bibliotecário, tornou-se necessário produzir um movimento de engajamento dos profissionais. Assim, a proposta de redação de orientações acerca das atividades cotidianas, bem como as orientações gerais para a instituição e manutenção de uma biblioteca no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, deveria alcançar legitimidade coletiva, por meio da validação dos pares. Essa proposta foi instituída por meio de processos formativos, através do Protocolo COPBP, realizados no ano de 2022, intitulado: *Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar: ações de implementação*. Nesses momentos, as pessoas bibliotecárias registraram sistematicamente suas impressões acerca do texto produzido e o grupo de bibliotecárias que, juntamente com uma equipe multidisciplinar da SEME, ajustou a redação conforme indicações, culminando na publicação, em abril de 2023, das “*Diretrizes das Bibliotecas Públicas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*” e da “*Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar*” (Corrêa et al., 2023).

Nesse contexto, a COPBP ingressou em outra etapa, caracterizada pelo desenvolvimento de processos formativos presenciais, estruturados a partir dos diagnósticos previamente elaborados por cada pessoa bibliotecária da rede. Destaca-se que a metodologia adotada considerou, de forma prioritária, as condições concretas de funcionamento das bibliotecas escolares, afastando-se de uma abordagem exclusivamente teórica ou conceitual, e o trabalho que passou a ser desenvolvido esteve focalizado nas pessoas bibliotecárias.

O Protocolo COPBP trata-se efetivamente disso: trabalhar o método desenvolvido no âmbito acadêmico, em processos formativos direcionados aos agentes em interação com a biblioteca, nos quais a biblioteca (por meio da formação de seus agentes) reconheça sua falta de aderência e ressonância social, os problemas e desafios e, com isso, possa produzir, através da consultoria COPBP, soluções e construções que garantem a permanência da sua importância, distanciando-se assim, de ser um não-lugar (Achilles, 2025, p.13).

Os anos de 2023 e 2024 foram marcados por intensos e sistemáticos processos formativos em vista das demandas apresentadas pela implementação do documento normativo para as bibliotecas escolares. Intitulado “*Bibliotecas escolares da Rede de Ensino de Vitória: ações integradas para consolidação de Políticas Educacionais*”, o processo formativo do ano de 2023 preconizou a compreensão de como as Diretrizes das Bibliotecas Escolares de Vitória estavam constituídas e, por meio de um diagnóstico



já realizado pela COPBP, quais seriam os primeiros passos para a sua implementação. Para 2024, o alinhamento voltava-se para o protagonismo das bibliotecas escolares junto à comunidade escolar, na qual elas estavam inseridas, por isso foi denominado: *“Biblioteca e protagonismo com a comunidade escolar”*. Cabe destacar que todas as formações contaram com a dinâmica escutatório, formação e conversatório, procedimentos previstos no referido protocolo. Além disso, havia sempre um momento para a compreensão dos dilemas profissionais. Foi possível constatar elementos como: baixa autoestima bibliotecária, problemas relacionados ao reconhecimento e pertencimento profissional, dentre outros. Esses aspectos demonstraram, ainda mais, a necessidade do ativismo em prol do sistema de bibliotecas escolares, reconhecendo as potências e desafios das pessoas bibliotecárias no enfrentamento dos problemas pessoais e profissionais.

O desafio consistiu em promover a articulação das 54 unidades que compõem a Rede de Bibliotecas Públicas Escolares de Vitória, de modo a garantir que o trabalho se materializasse de forma coletiva e integrada, e não como iniciativas isoladas. À luz desse entendimento, tornou-se fundamental sensibilizar os bibliotecários para a compreensão de que, a partir da institucionalização da normativa, as bibliotecas passariam a operar sob a lógica de rede, o que demandou engajamento, fortalecimento de práticas colaborativas, alinhamento de procedimentos técnicos e consolidação de uma identidade profissional compartilhada. Essa etapa configurou-se como uma das fases mais complexas da atuação da COPBP no município de Vitória.

O desafio enfrentado pela COPBP extrapolou os limites da formação estritamente profissional, alcançando, em diversos momentos, dimensões relacionadas ao desenvolvimento pessoal dos profissionais envolvidos, o que reforça a complexidade do trabalho bibliotecário no contexto escolar contemporâneo.

#### **4 RESULTADOS ALCANÇADOS EM VITÓRIA (ES)**

Em sua atuação na Rede de Bibliotecas Escolares do município de Vitória, a Comunidade de Práticas em Biblioteca Pública promoveu a elevação do cenário bibliotecas escolares, anteriormente marcado pela ausência de diretrizes sistematizadas e por práticas pouco orientadas, ao patamar de uma Rede de Bibliotecas, legítima, com



práticas coletivas sistemáticas e estruturadas que podem servir de modelo para outras instituições públicas. Ademais, os dados disponíveis evidenciam que o conjunto de estímulos e orientações propostos pela COPBP, tanto junto às pessoas bibliotecárias atuantes nas unidades escolares quanto aos profissionais técnicos vinculados ao órgão central da Secretaria Municipal de Educação, contribuiu para um avanço substancial no desenvolvimento das competências profissionais e na qualificação do trabalho realizado.

A metodologia que fundamenta a atuação da COPBP contemplando ações de mentoria, desenvolvimento de produtos técnicos, elaboração de diagnósticos, resolução de problemas, incentivo à produção e à divulgação científica, criação de tecnologias sociais inovadoras e apoio à formulação e ao fortalecimento de políticas públicas, mostrou-se consistente e eficaz ao longo dos anos de sua implementação em Vitória. Diante desse cenário, apontamos alguns dados que indicam os resultados da Rede de Bibliotecas, observados conforme o quadro a seguir:

**Quadro 1** – Evolução das práticas biblioteconômicas da Rede de Bibliotecas de Vitória

Ação proposta	Dados por ano			
	2022	2023	2024	2025
Inserção de livros no sistema	25.815	57.132	44.697	51.091
Aquisição de acervo (compra)	22.740	35.559	36.929	42.397
Empréstimos domiciliares	23.634	59.464	102.516	128.890
Desbaste de acervo	77	976	11.144	12.551

Fonte: As autoras (2026).

A análise diagnóstica da COPBP apontando para a necessidade catalogação sistemática de todo acervo pertencente às bibliotecas demonstra essa força-tarefa das pessoas bibliotecárias com seu ápice em 2023 e sua apropriação e estabilidade nos demais anos, superando a inércia operacional de diversas unidades. Com relação aos empréstimos domiciliares, é preciso ressaltar que as políticas de governo garantiram recursos para aquisições e manutenção dos acervos, refletindo o crescimento qualitativo e conseqüentemente, o aumento sistemático dos empréstimos domiciliares.



Em 2025, os dados de empréstimos domiciliares refletiram o acesso de 26.586 estudantes ao livro e à leitura, resultado direto da política.

Para reverter o cenário vigente até 2022 (no qual as coleções eram majoritariamente compostas por doações inadequadas ao projeto pedagógico), criou-se um Grupo de Trabalho (GT) focado em desbaste. O GT padronizou procedimentos e otimizou o esforço técnico dos profissionais. O pico de catalogação em 2023, seguido pelo ápice de desbastes em 2024, evidencia a eficácia das formações realizadas: a capacitação de 2023 preparou os bibliotecários para as ações técnicas executadas nos anos subsequentes, reafirmando o impacto direto da formação na consolidação da gestão das bibliotecas.

## **5 ADVOCACY E A BIBLIOTECA ESCOLAR**

O legado mais significativo da COPBP em Vitória foi o empoderamento dos bibliotecários da rede. Embora possuíssem competência técnica, o grupo estava desmotivado e estagnado. O resgate da identidade profissional e o fortalecimento dos vínculos entre pares marcaram um ponto de virada histórico, conferindo visibilidade a uma rede que buscava há tempos seu reconhecimento institucional.

Politicamente, o grupo mobilizou-se junto ao Poder Legislativo para converter as diretrizes das bibliotecas escolares em política de Estado. Para os profissionais que compõem a rede desde 2006, essa conquista não apenas garante condições legais de trabalho, mas prova que a organização profissional é capaz de promover transformações estruturais duradouras.

Em julho de 2025, a Lei Municipal nº 10.195 instituiu a Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar, criando formalmente a Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória (Vitória, 2025). A referida legislação atribui ao poder público municipal a responsabilidade pela manutenção e fortalecimento dessa rede, conferindo às bibliotecas escolares centralidade no projeto pedagógico das unidades de ensino e, conseqüentemente, visibilidade e reconhecimento aos profissionais que nelas atuam. Tal iniciativa insere-se no cenário nacional, especialmente após a instituição do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, por meio da Lei Federal nº 14.837/2024 (Brasil, 2024).



Assim, a COPBP (como protocolo singularizado voltado ao contexto escolar) concretiza seu objetivo de induzir o fortalecimento de políticas públicas para bibliotecas escolares, evidenciando a metodologia da Comunidade de Práticas no contexto das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória, consolidando-se como uma estratégia eficaz de transformação institucional e profissional.

## 6 CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS

O protocolo de Comunidade de Práticas, aplicado na Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vitória, constitui-se como um exemplo exitoso na sua aplicação. Desde o início da atuação de pessoas bibliotecárias no âmbito do município de Vitória (Biancard, 1999) até o ano de 2021, as ações eram marcadas por ausências de sistematização de atividades coletivas, fruto da falta de normatização coletiva, de ações de engajamento e *advocacy* capazes de elevar o status das bibliotecas escolares para Rede de Bibliotecas, como ocorre atualmente.

Nessa perspectiva cabe considerar que o modelo de biblioteca escolar encontrado apresentava condições favoráveis, no que se refere à existência de um sistema informatizado de gerenciamento de acervo, à estrutura tecnológica mínima, à presença de bibliotecários em todas as unidades de ensino, entre outras. No entanto, o distanciamento da academia, a ausência de padrões e normas, além da desmotivação profissional deixaram essa rede em apatia por mais de uma década.

O trabalho de diagnóstico, mentoria, formação continuada, sensibilização, dentre outros, foi crucial para a luta e o empoderamento dos bibliotecários que se mobilizaram para as conquistas de melhorias de condições de trabalho, promovidas pelo trabalho coletivo, associado a políticas públicas de Estado.

Associar teoria e prática, no campo da biblioteconomia, faz-se cada vez mais necessário, visto que as Universidades estão baseadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Por meio de um projeto de extensão, iniciado em 2018 e já aplicado em outra Rede de Bibliotecas Escolares (Rosa, Gonçalves e Peixoto, 2022) percebe-se a essencialidade de tais atividades universitárias que colaboram para a transformação do impacto social das instituições de ensino superior no Brasil.



## REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: informação e intercâmbio de experiências. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: programa de extensão. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022. Disponível em: [https://sistemas2.unirio.br/extensao/detalhes/index?ID\\_PROJETO=13632](https://sistemas2.unirio.br/extensao/detalhes/index?ID_PROJETO=13632). Acesso em 21 abr. 2026.

ACHILLES, Daniele. Programa Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: protocolo para formação interdisciplinar voltado à educação e cidadania. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 21, p. 1–19, 2025. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2100>. Acesso em: 21 abr. 2026.

BIANCARDI, A. M. R. *et. al.* Biblioteca escolar: ressignificando o espaço físico numa perspectiva técnico-pedagógica. *In*: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 84-87. Disponível em: [http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=53](http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=53). Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 14.837, de 08 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm). Acesso em 09 fev. 2026.

CORREA, M. S. *et al.* A construção de políticas públicas para as Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES: perspectivas e desafios. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. e-215090, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/berev/article/view/215090>. Acesso em: 21 abr. 2026.

FEBAB. **Advocacy nas bibliotecas**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/advocacy>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ROSA, D. A. D.; GONÇALVES, M. L.; PEIXOTO, R. C. Comunidade de práticas em bibliotecas públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção das narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares junto das comunidades do município de Niterói (RJ). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. **Anais [...]**. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2467>. Acesso em: 21 abr. 2026.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes das bibliotecas escolares da rede de ensino municipal de Vitória** [livro eletrônico]. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: <https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais>. Acesso em 21 jan. 2026.



VITÓRIA (ES). **Lei municipal nº 10.195**, de 22 de julho de 2025. Dispõe sobre a criação da Política de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Vitória. Vitória, ES: Diário Oficial do Município, 2025.

<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L101952025.html>. Acesso em: 09 fev. 2026.

